

## **Entre o céu e a terra:** a cobertura das catástrofes e o discurso das autoridades

*Márcia Franz Amaral*<sup>1</sup>

*Rejane de Oliveira Pozobon*<sup>2</sup>

---

1 Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [marciafranz.amaral@gmail.com](mailto:marciafranz.amaral@gmail.com).

2 Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [rejane.op@terra.com.br](mailto:rejane.op@terra.com.br).

**Resumo**

O trabalho se propõe a confrontar o discurso das fontes autorizadas com o das fontes *experts* em catástrofes climáticas, a partir da cobertura jornalística das revistas semanais sobre os deslizamentos ocorridos no Rio de Janeiro, no início de 2011. Ancorado em aportes da Análise do Discurso, buscamos as famílias parafrásticas mais recorrentes nas declarações dessas fontes no que tange às responsabilidades pela catástrofe. Na análise de sete revistas, concluímos que as fontes *experts* dedicam-se a tentar explicar cientificamente os fatos, a partir de uma atitude avaliativa e propositiva. Já as fontes autorizadas trazem um discurso totalmente despolitizado, não tomando para si as responsabilidades que lhe cabem no momento.

**Palavras-chave**

Cobertura de catástrofes, fontes jornalísticas, fontes autorizadas, fontes *experts*.

**Abstract**

The present work aims to oppose the discourse of authorized sources and the discourse of *expert* sources on natural disasters taken from the press coverage of weekly magazines regarding the landslides that occurred in Rio de Janeiro in the beginning of 2011. Based on principles of Discourse Analysis, we have looked up the most common groups of paraphrases present in the pronouncement of these sources regarding the responsibilities for the disaster. From the analysis of seven magazines, it was possible to conclude that the expert sources focus on explaining the facts scientifically, from a propositional and evaluative perspective. Nevertheless, the authorized sources have an utterly depoliticized discourse, not taking for themselves the responsibilities assigned to them at that moment.

**Keywords**

Disaster's coverage, journalistic sources, authorized sources, expert sources.

O texto analisa a cobertura dos deslizamentos de terra ocorridos no Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, pelas revistas *Veja*, *Carta Capital*, *Época* e *IstoÉ*. O estudo integra uma pesquisa mais ampla sobre as fontes jornalísticas testemunhais, *experts* e autoridades na cobertura das catástrofes ocorridas durante todo o ano de 2011<sup>3</sup>. O papel das fontes testemunhos é tema de outro trabalho (AMARAL, 2011), em que concluímos que a experiência das fontes testemunhais, no caso do relato de tragédias, é circunscrita discursivamente em papéis específicos e relatada de forma afastada do poder e do conhecimento (papel exclusivo das fontes autorizadas e fontes *experts*). Como às fontes testemunhais coube um papel meramente de descrição da tragédia em seu entorno, destacamos, neste artigo, o comportamento das fontes autoridade e das fontes *expert* no que diz respeito à busca das causas e dos culpados pela tragédia.

Em toda catástrofe, clama-se por culpados. Historicamente, muitas catástrofes naturais foram atribuídas à obra de um Deus enraivecido com os pecados humanos e têm sido associadas a castigos, como o dilúvio bíblico. Paradoxalmente, também em função da existência de catástrofes, os homens passaram a questionar o poder divino e a buscar novas explicações para os fenômenos. A sismologia, por exemplo, nasceu num contexto que se segue ao terremoto e ao maremoto que arruinaram Lisboa em 1755, quando o poder divino passou a ser relativizado. O sismo e o posterior tsunami geraram um ambiente propício para os ideais iluministas. O Santo Ofício perde prestígio e poder após a beata Lisboa ser destruída em pleno Dia de Todos os Santos (SHRADY, 2011). No inquérito que o Marquês de Pombal faz para compreender o abalo, há perguntas revolucionariamente objetivas para a época, entre elas, sobre as providências tomadas por eclesiásticos, militares e ministros durante a catástrofe (SHRADY, 2011). Aliás, a tragédia portuguesa é um marco para explicar o quanto uma catástrofe pode abalar as concepções vigentes. Na época, Voltaire aproveita-se do fato para criticar a Teodiceia de Gottfried Wilhelm Leibniz e o argumento que livra Deus da responsabilidade pelo mal e pelas desgraças

3 Pesquisa financiada pelo CNPq intitulada "Testemunhos e *experts* nos acontecimentos das catástrofes ambientais".

naturais. Jean-Jacques Rousseau também entra no debate e em *Lettre sur la Providence* inocenta Deus e a natureza de toda culpa, responsabilizando os homens por terem construído casas amontoadas às margens do rio Tejo.

Baumann recorre à Susan Neiman, que estuda a sucessão de interpretações sobre o mal na história moderna, para lembrar que talvez a separação entre os conceitos de desastre natural e social, “antes indissolavelmente misturados na idéia da vontade de Deus, assinala o verdadeiro início do ‘moderno’” (2008, p.108).

As catástrofes do passado tinham características bem diferentes das de agora: eram irremediáveis, pois o homem vivia sob seus desígnios e tinha o contato direto e presencial com o acontecimento (ASCENCIO, 2004). Deixavam sequelas duradouras, a experiência permanecia na memória coletiva por várias gerações, a vida da comunidade era delimitada pelo “antes e depois” da catástrofe e as tragédias eram explicadas por meio de mitos e ritos, numa tentativa de dominar o inesperado. A representação das catástrofes era mítica e os projetos para dominar as atividades inesperadas da natureza se manifestam em rituais (ASCENCIO, 2004).

Hoje as tragédias são referenciáveis, predicáveis e tensionam os limites da ciência. Se antes os homens estavam à mercê das catástrofes, atualmente tentam submeter as catástrofes aos seus desígnios. Lozano Ascencio afirma que a sociedade não é capaz de fazer uma representação em que não seja afetada diretamente. “A natureza só existe na medida em que a sociedade é capaz de dominá-la. As catástrofes de hoje são antropocêntricas. Até as catástrofes autógenas, ocasionadas apenas pela natureza, têm uma interpretação antropológica” (2004, p.86).

Com o desenrolar da história, surge a necessidade de prever e controlar as catástrofes, seja objetivamente, seja simbolicamente. Na atualidade, eles desafiam permanentemente o campo científico que se torna, paulatinamente, protagonista na determinação da representação das catástrofes.

O resultado é, assim, não apenas um mundo cada vez mais desconhecido à medida que vai sendo conhecido, como cada vez mais incontrollável à medida que vai sendo – ou pretendendo ser – controlado. O que, colocado em termos do que Comte considerava ser a verdadeira consigna da ciência moderna - “Ciência, donde previsão; previsão, donde acção”, significa que o conhecimento científico torna cada vez mais difícil quer a previsão quer a acção sobre o mundo. Desta forma – e aqui reside a decisiva antinomia da tecnociência -, à medida que aumenta o poder do homem sobre a natureza, aumenta o poder da natureza sobre o homem [...] (SERRA, 2006, p.06).

No processo de dominar as catástrofes e, sobretudo de representá-las, a cada campo social cabem funções diferentes. Ao campo político, cabem as políticas públicas, as ações de prevenção, os planejamentos e também a operacionalização de ações imediatas no momento das catástrofes.

Tanto ao campo científico quanto ao político cabe esquadrihar os riscos que envolvem a natureza, explicá-los publicamente e construir e divulgar os sistemas de prevenção. No jornalismo, a cobertura, que inicialmente se restringia a contar mortos e feridos, hoje envolve a busca da compreensão do acontecimento com a intensa exposição da vida das vítimas e seus testemunhos, a manifestação dos *experts* e o lamento dos homens públicos.

A partir deste contexto, nos propomos a analisar a cobertura dos deslizamentos de terra ocorridos na região serrana do Rio de Janeiro que vitimou mais de 800 pessoas no primeiro mês de 2011. Analisamos, para este texto, todos os exemplares de *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital* que, no mês de janeiro, trataram do tema (no total, sete exemplares e sete matérias). Pinçamos, das matérias, todas as declarações textuais de fontes autorizadas e de fontes *experts* para analisar os sentidos recorrentes da manifestação de cada tipo de fonte.

No quadro interpretativo do acontecimento, intervêm vários atores sociais. Muitas vezes, evoca-se a pluralidade jornalística como um quesito de qualidade, mas ela é compreendida apenas como variedade de fontes, embora se trate de uma questão mais complexa. Assim como o plano das fontes jornalísticas nos

é inspirador para recortar nosso objeto empírico, compreendemos que, num segundo momento, é necessário transcendê-lo, via aportes da Análise do Discurso (AD). Isso sem perdermos, entretanto, a singularidade do objeto observado. Após destacarmos em sequências discursivas as falas das fontes do tipo *expert* e autorizadas, analisamos as famílias parafrásticas que são compostas por elas.

Quando analisamos o discurso das fontes autorizadas e o discurso dos *experts* sobre a responsabilização das catástrofes climáticas, precisamos levar em conta que ambos são reféns das normas e convenções que partilham com seus grupos. Mais do que isso, o discurso das fontes integra formações discursivas e ideológicas anteriores.

É no funcionamento da paráfrase que se evidencia a formação discursiva como “o espaço do mesmo” e a “impressão de estabilidade do sentido” (ORLANDI, 2007, p. 177). Para E. Orlandi, a análise de discurso “vê em todo texto a presença de um outro texto necessariamente excluído que o constitui” (ORLANDI, 2007, p. 174).

Para M. Pinto (1989, p. 60), “todo o discurso está instaurado em uma pluralidade discursiva e relacionado com práticas não discursivas que lhe dão sentido anterior a seu próprio sentido interno. O analista deve mapear estas condições apontando os locais, discursivos ou não, que lhe dão suporte [...]”. Entretanto, é fundamental registrar que temos a preocupação, como M. Pinto (1989), de não reduzir a análise do social à teoria dos discursos.

As revistas pesquisadas se utilizaram da citação literal de 33 testemunhos, 18 *experts* e 11 autoridades. Consideramos fontes autorizadas as pessoas com função de representação institucional, principalmente, neste caso, as ligadas ao Poder Público e as fontes do tipo *expert* as que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas.

Metodologicamente, realizamos um cotejamento entre o discurso das fontes autorizadas e o das fontes *experts* no que tange à busca das causas da tragédia e ao papel social atribuído aos diversos agentes sociais. No discurso jornalístico

sobre tragédias envolvendo a natureza, a menção à omissão ou incompetência do Poder Público é recorrente. Mas que fontes mencionam esta responsabilização? Como os agentes sociais, sejam eles especialistas ou autoridades, transformados em fontes jornalísticas buscam as causas das catástrofes?

### **As fontes e as catástrofes**

No caso específico das coberturas de catástrofes, observa-se que há uma escolha relativamente frequente por algumas fontes que vão auxiliar o jornalista na tarefa de apreender temáticas complexas. A escolha das fontes para uma reportagem que aborda catástrofes é, assim, um reflexo também do grau de compreensão que o jornalista tem acerca dos temas relacionados. As fontes são convocadas por deterem determinados lugares de fala que auxiliam a organizar o caos e a revestir o acontecimento de sentidos.

Este artigo inspira-se em M. Pinto, que lembra a necessidade de desmascarar as concepções naturalistas das fontes:

as fontes não nascem do nada nem estão por aí, na lisa planície verde ou no côncavo da encosta arborizada, à espera de visita, quem sabe, de algum romance. As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados. As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados. (PINTO, 2000, p.2).

A própria metáfora “fonte” representa a noção de que alguém detém as informações, bastando ao repórter buscá-las. Entretanto, não somente a informação sob o poder da fonte é uma construção discursiva, como o próprio jornalista ao escolher essa fonte e as informações que vai utilizar no texto se utiliza de muitas operações argumentativas. A escolha das fontes pré-anuncia a orientação que a narrativa terá e pode ser vista como o ponto inicial dos enquadramentos textuais.

Desde a década de 1960, quando se viu o início do debate sobre o tema meio ambiente no Brasil, pôde-se assistir a uma ampliação das tipologias de fontes às quais os jornalistas recorrem quando da construção de uma reportagem sobre o tema. L. Costa (2006) estudou as tendências do tratamento oferecido às questões ambientais pela chamada grande imprensa. Utilizou como base a pesquisa PARD/UFGA/CNPq, de 2006, em que se analisou 1.300 artigos e/ou reportagens publicadas nas principais revistas (*Veja, IstoÉ, Época*) e jornais brasileiros (tais como *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, O Globo* e *O Liberal*) no período de 1975 a 2002. A conclusão foi que as matérias jornalísticas, predominantemente descritivas e factuais, privilegiaram como suas principais fontes os órgãos governamentais (COSTA, 2006).

Tal relato acerca das fontes, no entanto, sofre mudanças ao longo das décadas estudadas. Para as décadas de 1990 e 2000, L. Miranda (2006, p.42) observa que “consolidam-se como vozes autorizadas e legitimadas pelo discurso jornalístico para falar sobre a Amazônia as fontes do campo científico e ambiental (particularmente as ONGs), além das vozes do campo político”. A pesquisadora aponta que, ainda na década de 1990, as universidades e institutos de pesquisa se consolidaram como uma das fontes principais dos jornalistas.

O interesse da imprensa pelas questões ambientais vem sendo ampliado nas últimas décadas. Para C. Moraes (2008), a imprensa começa a interessar-se pelas questões ambientais na década de 60, paralelamente à ascensão do movimento ambientalista. Nesta mesma direção, Sousa (2006) reforça que as primeiras informações ambientais no Brasil começaram a aparecer ao longo da década de 1960, quando as pesquisas sobre poluição demonstraram que o progresso industrial poderia trazer efeitos negativos.

Tal perspectiva parece estar de acordo com o pensamento de C. Massierer e I. Girardi (2008) quando estes abordam a entrada dos assuntos ambientais no contexto dos fatos noticiáveis: “Os problemas ambientais passam a ser notícia



na medida em que são reconhecidos como tal pela sociedade e entram no rol de assuntos que podem ser tratados jornalisticamente a cada rotina diária de produção” (2008, p.11).

Para W. Bueno (2004, *online*), o entendimento do jornalismo ambiental brasileiro se torna mais claro quando é correlacionado às especificidades impostas por cada mídia. “Em virtude das peculiaridades de cada mídia (sistemas de produção, recursos de expressão e interação, formas de recepção) e do perfil de sua audiência, o discurso varia assim como sua capacidade de influência” (BUENO, 2004, *online*). O autor observa, ainda, a característica interdisciplinar das pautas ambientais, permitindo a esses temas extrapolarem as editorias de meio ambiente e estarem presentes também em assuntos políticos, econômicos e culturais. No caso da cobertura em revistas, é fundamental considerarmos suas condições de produção imediatas no que diz respeito à periodicidade e à possibilidade de aprofundamento dos assuntos.

### **A manifestação dos *experts***

Sponholz (2008) lembra que, do ponto de vista epistemológico, jornalistas e cientistas têm diferentes formas de acesso à realidade, com base, respectivamente, no singular e no universal. O jornalista pode conhecer mais sobre um fato isolado do que um cientista, mas talvez o jornalista tenha dificuldade em reconhecer certas conexões. “Nesse contexto insere-se o *expert* e o seu saber. Ele deve encaixar a peça que o jornalista encontrou no quebra-cabeça” (SPONHOLZ, 2008, p.6).

O protótipo do *expert* é o cientista. Entretanto, a autora cita levantamentos feitos com cientistas norte-americanos que não mostram relação entre a produtividade científica de um pesquisador e a frequência com a qual ele foi entrevistado. O principal indicador para escolher um cientista para ser entrevistado é a sua vinculação institucional e a posição hierárquica e não sua produção científica. Para Sponholz (2008), em situação de riscos, a presença de

fontes competentes se impõe, pois elas organizam a compreensão do fato sem necessariamente terem que se posicionar. Além disso, os *experts* têm a imagem de fonte neutra que não necessita ser confrontada.

As fontes *experts* são construídas nas revistas como sujeitos de autoridade. Após analisarmos todas as manifestações das fontes *experts*, encontramos três famílias parafrásticas nas 18 falas dos *experts*. Uma primeira família parafrástica, formada por cinco citações, dedica-se apenas a descrever os fatos. Expomos as outras duas famílias parafrásticas, que dizem respeito à questão central deste trabalho.

---

*“O Brasil não é Bangladesh e não tem nenhuma desculpa para permitir, no século XXI, que pessoas morram em deslizamentos de terra causados por chuvas.”* A crítica da consultora externa da ONU e diretora do Centro para Pesquisa da Epidemiologia de Desastre, Debarati Guha-Sapir, resume com precisão o absurdo da tragédia. *Carta Capital*, edição 630, 26/01.

---

*“Ninguém mora em área de risco porque quer ou porque é burro, e sim porque não tem nenhuma opção de moradia para a renda que possuem”,* irrita-se a urbanista Raquel Rolnik. *Carta Capital*, edição 630, 26/01.

---

*“Muitas áreas atingidas nem sequer eram apontadas anteriormente como de risco. Penso que até a forma de conceituar áreas de risco precisa ser revista”,* afirma Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ. *Carta Capital*, edição 630, 26/01.

---

*O desastre na região serrana reacendeu as críticas ao projeto relatado pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B), para quem as mudanças afetam apenas o campo, e nada têm a ver com as cidades. “Trata-se de uma justificativa falaciosa”,* critica Carlos Alfredo Joly, professor do Instituto de Biologia da Unicamp. *Carta Capital*, edição 630, 26/01.

---

Quadro I: Família Parafrástica

“Experts atribuem indiretamente as responsabilidades às autoridades”

---

“Estamos falando de décadas e décadas de *administrações omissas*”, diz o cientista político Luiz Werneck Viana. “*Faltou às prefeituras fiscalizar as zonas em que as ocupações irregulares acontecem, faltou aos Estados desenvolver planos para essas regiões, faltou ao governo federal priorizar a questão do planejamento urbano e da habitação*” *IstoÉ*, edição 2149, 19/01.

---

“*Os governos só tem uma visão míope que só vale para os quatro anos de mandato*”, critica David Zee, coordenador de mestrado em meio ambiente da universidade carioca Veia de Almeida. “*Estado, município e federação tem obrigação de trabalhar de forma integrada. Mas todas essas esferas têm sido historicamente omissas*” *IstoÉ*, edição 2149, 19/01.

---

A pesquisadora mineira Waleska Marcy Rosa, 41 anos, do Centro Universitário Serra dos órgãos, fez, em 2007, um estudo comparativo entre os municípios de Teresópolis e Petrópolis e concluiu que a ocupação das áreas de encosta dos dois municípios cresceu demasiadamente a partir da década de 1960, à sombra de *fraca atuação do poder público que, além de não conseguir impedir as ocupações irregulares, muitas vezes até as regulamentou*” *IstoÉ*, edição 2149, 19/01.

---

“*São as prefeituras que regulam o uso do solo, autorizam construções e fiscalizam regiões de risco*”, diz o cientista político Ignácio Cano, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para ele, a situação chegou a um ponto em que “*é preciso uma política com um componente repressivo que impeça a construção irregular e remova que está em área de risco*” *IstoÉ*, edição 2149, 19/01.

---

Como pontua outro urbanista, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, coordenador do Observatório das metrópoles [...] “*Em vez de oferecer opção de moradia digna, normalmente o governo oferece um cheque-despejo, num valor tão baixo que não resta alternativa às famílias senão ocupar outra área precária*” *Carta Capital*, edição 630, 16/01.

---

“*Não houve qualquer medida sistemática*”, lamenta Rosa, que se reuniu com Mercadante... “*Do ponto de vista da Defesa Civil, o que aconteceu na região serrana foi uma vergonha nacional*”, resume o especialista da Coppe. *Carta Capital*, edição 630, 16/01.

---

As fontes *experts* participam ativamente da cobertura e dedicam-se não só a explicar cientificamente os fatos, como também tiveram uma atitude avaliativa e propositiva. Os *experts* têm aparecido como fontes que determinam o enquadramento da matéria porque trazem informações consideradas científicas e legítimas e pautam, inclusive, os questionamentos ao poder público. As revistas utilizam-se da fala dos *experts* para questionarem o poder público.

### **A manifestação das fontes autorizadas**

Já no que toca à manifestação das fontes autorizadas, as revistas autorizam-nas a falar de maneira dissimulada, como se não tivessem nenhuma responsabilidade pela catástrofe, como podemos verificar nas citações encontradas nas revistas, relatadas nas tabelas abaixo. É feito um deslizamento nas manifestações de maneira que o leitor não perceba que o próprio locutor, a autoridade, é quem deveria fazer o que ela mesmo está propondo. As fontes representantes dos poderes políticos não chamam a responsabilidade para si, a ponto da fala do vice-governador do Rio de Janeiro ter um tom meramente testemunhal. Abaixo, todas as manifestações das fontes autorizadas durante a cobertura. Das onze citadas, todas integram a mesma família parafrástica.

---

“É preciso criar os agentes comunitários, as brigadas locais em cada distrito, em cada município. São essas pessoas que dão as diretrizes em situações como essa e mostram o que fazer até a chegada do socorro oficial”, diz a vereadora Andréa Vieira (PSDB/RJ). *IstoÉ*, edição 2149, 19/01.

---

“É a desgraça do populismo, a permissividade de deixar a ocupação de áreas de uma maneira irresponsável como se eles (políticos) fossem aliados dos mais pobres”, comentou o governador Sérgio Cabral, obviamente excluindo-se da culpa que aponta nos outros governantes. *IstoÉ*, edição 2149, 19/01.

---

*Os governos costumam ceder. Deixam de aplicar essas regras e fecham os olhos para a ocupação desordenada do solo”, comenta o urbanista Nabil Bonduki, ex-vereador da capital paulista e professor da USP. Carta Capital, 630, 26/01.*

“Nossas cidades estão muito inseguras por causa das *falhas na aplicação dos planos urbanos*, sempre suscetíveis às *pressões de interesses privados*. É preciso que todas as esferas de governo assumam o compromisso de defender os interesses sociais de uma lógica perversa de ocupação do solo.” *Carta Capital, 630, 26/01.*

“Exemplo dessa perversidade é a dificuldade relatada pela secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, na execução do Minha Casa Minha Vida.(...)”Quando um terreno no centro da cidade vira área de interesse social, ele perde valor no mercado, pois não pode ser utilizado para outra função senão moradia popular. É por isso que há tanta resistência para a implantação dessas páreas nas grandes cidades. Os projetos para a população carente acabam concentrados nas periferias, onde a estrutura de saneamento e transporte é precária e onde não há grande oferta de emprego”, comenta Magalhães.” *Caso o atual padrão de uso e ocupação do solo se perpetue sem nenhuma alteração (...) mais de 20% da área total de expansão urbana em 2030 será suscetível e poderá eventualmente ser afetada por acidentes naturais provocados pelas chuvas, Aproximadamente 11,17% dessas novas ocupações poderão ser áreas de risco de deslizamento”, prevê a pesquisa. Carta Capital, 630, 26/01.*

A própria presidente Dilma Rousseff, (...) reforça essa visão. “*Ocupação irregular no Brasil não é exceção, é regra*”. *IstoÉ, edição 2149, 19/01.*

“É desesperador”, lamentou o vice-governador fluminense, Luiz Fernando Pezão [...] É pior do que Angra dos Reis no ano passado”. *Carta Capital, edição 619, 19/01.*

Segundo o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, [...] Ele afirma que houve um investimento (...) “Do montante do ano passado, 50,5%, mais de R\$80 milhões foram destinados à Bahia, enquanto o Rio ficou só com 0,6%, ou seja, R\$1 milhão. São Paulo teve 5,6% e Minas Gerais, 6,2%.” Isto é, edição 2149, 19/01.

---

“Do montante do ano passado, 50,5%, mais de R\$80 milhões foram destinados à Bahia, enquanto o Rio ficou só com 0,6%, ou seja, R\$1 milhão. São Paulo teve 5,6% e Minas Gerais, 6,2%.” (Fonte: secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco). *IstoÉ*, edição 2149, 19/01.

---

“O Brasil precisa se conscientizar de que catástrofes também acontecem aqui, por isso, é necessário criar uma estrutura de suporte e um esquema de treinamento da população em áreas vulneráveis em certos períodos do ano”, diz o subsecretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Luiz Firmino. “Precisamos fazer simulações também. Quando chove acima de um certo volume, é preciso agir como quem está diante de uma ameaça real, em vez de esperar pelas consequências.” *Época*, edição 661, 17 /01.

---

“Não houve aviso de que poderia haver aquela tragédia”, diz o prefeito de Teresópolis[...] *Época*, edição 661, 17 /01.

---

“Tem que haver um treinamento prévio para que as pessoas sejam avisadas”, afirma o secretário do Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc. *Época*, edição 661, 17 /01.

---

Quadro III: Família parafrástica “As fontes autorizadas dissimulam”

O discurso das fontes oficiais nas matérias analisadas já surge despolitizado, integra uma situação em que não toma para si as responsabilidades que lhe cabem no momento presente. No caso das revistas analisadas, cabe aos experts, membros do campo científico apontá-las. Partimos da noção de P. Charaudeau de que “toda a palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano” (2008, p. 8). Para o autor, não é o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. “Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza.” (2008, p.40).

Nota-se o que a estratégia de tergiversação aparece em todas as declarações, com o deslocamento da responsabilidade do poder público para

um lugar nebuloso. Constata-se que o *ethos* da competência, tão presente nas campanhas políticas, desaparece no discurso político frente à catástrofe primeiramente porque diante de tamanhas proporções dos fatos, é difícil responsabilizar somente um campo social. Em segundo lugar, o próprio discurso político não pretende inferir que tenha alguma responsabilidade sobre os fatos. Em terceiro lugar, porque efetivamente as ações políticas não têm dado historicamente conta das questões ambientais que envolvem as catástrofes que estudamos. Assim, cabe à fonte autorizada negar que pessoalmente tenha alguma responsabilidade sobre o fato. Retira-se da cena, colocando as ações possíveis num passado ou futuro distante, negando que integra um campo que detém a responsabilidade pelo menos, pela prevenção da tragédia.

No discurso de justificação, P. Charaudeau cita várias estratégias do político. Entre elas, a evocação do caráter não intencional do ato, buscando atenuar qualquer responsabilidade; o argumento de que tudo seguiu “a ordem natural das coisas”; o argumento da ignorância – que afirma que o sujeito não sabia das consequências dos seus atos ou ainda o argumento de que é impossível julgar atos do passado. Todos estes argumentos somados são encontrados no discurso das fontes autorizadas.

Por outro lado, analisamos que, na hora das catástrofes, o discurso fica limitado a um *ethos* de solidariedade que menospreza o poder do campo político. Um exemplo que podemos citar sobre as diversas possibilidades de abordagem das tragédias por partes das fontes oficiais é a declaração do então primeiro ministro da França, Lionel Jospin, ao constatar os prejuízos de uma inundação em janeiro de 2001. Ele contrapôs-se ao prefeito de Redon, Alain Madelin, da Democracia Liberal, mostrando que a idéia de que o Estado nada pode fazer diante da tragédia que envolve elementos naturais é um “fatalismo de um estado liberal” (CHARAUDEAU, 2008, p. 165). Assim, outras posições vindas das fontes autorizadas são possíveis, embora raras de se encontrar.

Por vezes, fica mais fácil às fontes autorizadas mencionarem a tal “catástrofe natural”, como lembra Baumann (2008), elevando o que ela tem de radical e escondendo o que ela carrega consigo de responsabilidade humana. Afirma Bauman que a burocracia libertou os executores da responsabilidade sobre seus resultados porque substituiu a “responsabilidade por” pela “responsabilidade perante”, “a responsabilidade pelo impacto de uma ação sobre seu objeto pela responsabilidade perante o superior, o ordenador.” (2008, p.116) As origens da ordem e a autoridade se localizam em um distante e nebuloso ‘lá em cima’ - e com um efeito de (relembrando a feliz expressão de Hanna Arendt) uma responsabilidade ‘flutuante’, tornando quase impossível localizá-la e atribuí-la com precisão, transformando-a, para todos os fins práticos, numa responsabilidade de ninguém (...).” (2008, p.116).

Nessas coberturas, a ênfase não é em um Estado que sustenta desigualdades sociais, mas em um Estado ineficiente. Os governantes não são criticados porque suas decisões expressam interesses de grupos e sim porque suas decisões refletem falhas pessoais, como incompetência, populismo ou corrupção.

### **Considerações finais**

Nas revistas analisadas, as coberturas das catástrofes ambientais dão um papel específico às fontes *experts*: o de buscar a responsabilidade e as razões dos fatos e circunscrevem às fontes autorizadas, especialmente às ligadas ao campo político e ao poder público, um papel limitado. Permitem que elas se restrinjam a fazer observações pelas quais se eximem de qualquer poder de prevenção ou solução das tragédias. O discurso jornalístico, no caso estudado, utiliza-se dos *experts* para buscar as responsabilidades do campo político, mas não tensiona o campo político para que este assumira seu papel. Permanece um discurso conivente com a ideia de que os responsáveis estão num passado distante, de que a tragédia é impossível de ser controlada no presente e, por isso, resta lamentar, tergiversar e colocar em ação o *ethos* da solidariedade.



Para J. Serra (2006), é precisamente em relação às catástrofes que a natureza da política contemporânea se revela de forma clara, pois o político é obrigado a demonstrar que as catástrofes não se devem nem à sua ação nem à sua não ação – que ele (político) é, paradoxalmente, um agente que é um não agente, um agente que está para lá do dilema entre ação e não ação. Conforme o autor, verbos como “prever” ou “planificar” são, cada vez mais, substituídos por fórmulas como “esperamos que”, “acreditamos que”, que colocam a atividade entre a astrologia e a meteorologia.

Os cientistas ocupam posição privilegiada como fontes, dão credibilidade às histórias que produzem, como afirma Carvalho (2011). A importância das fontes *experts* refere-se à necessidade premente de explicação do acontecimento. E a secundarização das fontes autorizadas refere-se tanto à irreversibilidade do acontecido, quanto à histórica omissão do poder público em casos semelhantes.

## Referências

AMARAL, M. F. "Os testemunhos na cobertura das catástrofes ambientais". XX Encontro Nacional da Compós - UFRGS, Porto Alegre, 14 a 17 de junho 2011.

BAUMANN, Z. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BUENO, W. C. "Jornalismo ambiental: navegando por um conceito e por uma prática". *Portal EcoViagem: Turismo Fácil e Interativo*. Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/fique-por-dentro/artigos/meio-ambiente/jornalismo-ambiental-navegando-por-um-conceito-e-por-uma-pratica-1239.asp>. Acessado em: out. 2010.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, L. M. "O esverdeamento da imprensa". *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, UFSC, Florianópolis, nº 2, v.3, 2006.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ASCENCIO, C. L. La expresión/representación de catástrofes a través de su divulgación científica em los medios de comunicación social (1986-1991). Tesis doctoral. Madrid. Universidad Complutense de Madrid, 2004.

MASSIERER, C., GIRARDI, I. M. T. "Como o campo do jornalismo auxilia na construção dos problemas ambientais". *Anais*. 6º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Bernardo do Campo, 2008.

MESQUITA, F. A. *As fontes jornalísticas no Caso Dossiê: uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.

MIRANDA, L. "O esverdeamento da imprensa". In: *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, UFSC, Florianópolis, nº 2, v.3, 2006.

MORAES, C. H. "Jornalismo Ambiental: dilemas de uma quase especialidade". *Anais*. 6º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2008, São Bernardo do Campo (SP).

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_(org). *A Leitura e os Leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

SPONHOLZ, L. "Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts". *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n.3, p.591-619, set/dez. 2008.

PINTO, M. "Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo". In: *Comunicação e Sociedade*, 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000.

SERRA, J. P. *Cataclismos e catástrofes: reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático*. Universidade da Beira Interior, 2006.

SHRADY, N. *O último dia do mundo: fúria, ruína e razão no grande terremoto de Lisboa de 1755*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SOUSA, A. L., BARRETO, B. M. V. B. "Natureza em pauta: o perfil do jornalismo ambiental em Vitória da Conquista (BA)". *Anais*. 4º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Porto Alegre, 2006.

### Edições citadas

*Veja*. Edição 2200, 19 jan. 2011.

*IstoÉ*. Edição 2150, 26 jan. 2011.

*IstoÉ*. Edição 2149, 19 jan. 2011.

*Carta Capital*. Edição 630, 26 jan. 2011.

*Carta Capital*. Edição 239. 19 jan. 2011.

*Época*. Edição 661, 17 jan. 2011.

*Época*. Edição 662, 24 jan. 2011.